



Diretrizes de Governo

1. Caderno de Agricultura

TERRA, DEFESA DA AGRICULTURA E ERRADICAÇÃO DA FOME.

A agricultura brasileira vem repetindo sucessivos desempenhos medíocres, alcançando, nas melhores safras, 80 milhões de toneladas de grãos. Não há um programa consistente apoiado num conjunto de medidas que contemple tanto a agricultura familiar, base fundamental da produção de alimentos, como os setores médios e grandes da escala produtiva agrícola, mais voltados para produtos de exportação.

Alertado sobre os riscos de uma seca prolongada no Nordeste, o governo federal nada fez para impedir que levas de famintos deixassem o campo rumo às cidades, em busca de comida, tangidos pelo desespero.

As importações agrícolas, sobretudo de gêneros básicos como trigo, arroz, feijão e milho, cresceram 168%, entre 1990 e 1997. As despesas com essas importações saltaram de 2,8 bilhões de dólares, em 1993, para US\$ 7,5 bilhões, em 1997.

A adoção sem reservas do projeto neoliberal e da estratégia passiva e subordinada de inserção do país no processo de globalização mundial está na raiz dos fracos desempenhos apresentados pelo setor agrícola. O governo FHC copia modelos externos falidos, tendo por meta a urbanização radical da população, ainda que seja em favelas das grandes metrópoles, para chegar aos índices de 95% dos habitantes residindo nas cidades.

No atual governo, os agricultores que produzem para o mercado interno, especialmente os de base familiar, ficaram ainda mais pobres. Enquanto a maioria dos países desenvolvidos, como no Japão, nos Estados Unidos e Europa, subsidiam seus agricultores, nos últimos sete anos os encargos financeiros dos créditos agrícolas no Brasil foram superiores à inflação. Mesmo no Pronaf, a taxa de juro pré-fixada para a próxima safra agrícola é de 5,75%, quase três vezes a inflação prevista.

A TIMIDEZ DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS DE TRABALHADORES

O governo federal tem declarado que ao final de seu quarto ano terá assentado 300 mil famílias de trabalhadores rurais em cerca de 8 milhões de hectares arrecadados no período, números irrisórios frente aos milhões de trabalhadores sem terra e a imensidão de terras improdutivas existentes no país. No entanto, só nos dois primeiros anos do Governo FHC, mais de 450 mil famílias de pequenos e médios produtores perderam suas terras. E mais: no ano 1995/96, segundo dados oficiais da

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, um milhão e meio de pessoas perderam seus postos de trabalho na agricultura. Projeções feitas pela CNA (Agenda Reemprego no Campo Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, 1997) revelam que a política agrícola já desempregou/ desocupou dez vezes mais do que o número de assentados pelo programa de reforma agrária do atual governo.

Vê-se, pois, que no confronto entre as metas de assentamento projetadas e os efeitos da política econômica do governo FHC, registram-se a ampliação do contingente de trabalhadores sem terra, de famintos, a intensificação do êxodo rural e o aumento do desemprego na atividade agrícola.

Contra toda esta opção deliberada de submissão às políticas neoliberais, a Coligação União do Povo oferece a todos os brasileiros um novo modelo de desenvolvimento rural.

POR UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Com base no diagnóstico elaborado por uma equipe de especialistas, lideranças dos movimentos sociais que atuam no campo e representações de vários segmentos rurais, a Coligação União do Povo - Muda Brasil propõe um novo modelo de desenvolvimento rural.

A construção desse modelo impõe, de imediato, a adoção de um choque de inclusão social e democratização do espaço rural com base numa verdadeira reforma agrária combinada com um programa amplo dirigido para a recuperação econômica da atividade agrícola de base familiar.

Para a ruptura com o modelo anterior e a implantação do proposto, impõe-se, no mesmo nível de importância do processo de democratização da posse e do uso da terra, o controle dos oligopólios que dominam o conjunto da economia agrícola, tanto seus insumos básicos como a transformação e comercialização de sua produção.

Para tanto, é condição indispensável o resgate do poder de regulação do Estado em defesa dos segmentos sociais inferiorizados nas relações econômicas e de poder. O Estado também deve agir no balizamento dos objetivos pretendidos, procurando incentivar e dar sustentação ao potencial produtivo da agricultura brasileira.

O novo modelo para a área rural deve ser entendido como peça basilar de um projeto de desenvolvimento econômico nacional baseado no fortalecimento do mercado interno e na redistribuição da renda, o que pressupõe, entre outras estratégias:

- 1) A transformação do meio rural em área de convergência e internalização dos efeitos de investimentos multi-setoriais, devidamente planejados, na qual se estenda os direitos de cidadania à população dedicada às atividades rurais;

2) a implementação de um conjunto de medidas de política econômica que promovam a ocupação produtiva e os direitos sociais, contrapondo-se, assim, aos elementos implícitos ao "desenvolvimento" da ordem neoliberal;

3) a ampla revisão da concepção e da prática das políticas agrícola e agrária, tendo em vista garantir a esse setor a decisiva contribuição ao processo de desenvolvimento;

4) a dinamização econômica das pequenas e médias localidades situadas junto às regiões produtoras agrícolas, como centro de origem e irradiação dos efeitos das medidas ajustadas aos propósitos deste projeto econômico;

5) a garantia de máxima agregação de valor aos produtos gerados pela agricultura, o que exigirá uma nova concepção de desenvolvimento agroindustrial, no qual os segmentos de base familiar não fiquem reduzidos a condição de fornecedores de produtos para a elaboração final dos oligopólios que controlam os insumos e a comercialização da agropecuária nacional;

6) a adoção de medidas que rompam o perfil oligopolizado do complexo agroindustrial, e garantam a predominância de um sistema com ampla participação de formas associativas das pequenas e médias unidades de produção;

7) a adoção de medidas de proteção à agricultura nacional.

POLÍTICAS PROPOSTAS

Em consonância com as diretrizes anteriores, em especial visando buscar a segurança alimentar da população, a democratização da terra, a valorização da vida no campo, a criação de empregos no meio rural e a recuperação da renda dos seus habitantes, o Governo União do Povo Muda Brasil elege como objetivos principais:

1 . Democratização e Inclusão Social no Campo

Cerca de 4 milhões de famílias esperam pela verdadeira reforma agrária no Brasil. O governo FHC tem mascarado esta demanda com um programa tímido de assentamento. A opinião pública nacional e internacional já se deu conta da gravidade da questão agrária no Brasil, pelos freqüentes assassinatos de lideranças dos trabalhadores sem terra levados a cabo por uma polícia despreparada para enfrentar este grave problema e, muitas vezes, a serviço do latifúndio.

A Coligação União do Povo tem respostas concretas para a questão agrária: uma verdadeira reforma agrária que prevê o assentamento de 1 milhão de famílias em quatro anos de governo. Com ela, haverá todo um redirecionamento de prioridades, com a geração de emprego e renda para milhões de excluídos pela incúria do

governo federal. Integrando e dando condições para que estas famílias se convertam em unidades produtivas, com apoio técnico, educação fundamental, assistência à saúde, o êxodo rural poderá ser contido. A reforma agrária poderá integrar ao exercício diário da cidadania milhões de brasileiros. Ela também é resposta para o desemprego urbano, que cresce a cada dia nas grandes metrópoles brasileiras.

Medidas de governo:

- Promover o assentamento de no mínimo 1 milhão de famílias sem terra, assegurando-lhes condições para produzir, comercializar e auferir uma renda mínima que permita viver com dignidade em suas terras e progredir econômica e culturalmente;
- Iniciar, de forma efetiva, no primeiro ano de governo, um processo massivo de reforma agrária, combinado com uma reformulação dos instrumentos de política agrícola, de forma a direcionar a intervenção e os recursos públicos em defesa dos pequenos e médios produtores;
- Durante o processo de assentamento, o beneficiário contará com assistência técnica e recursos indispensáveis para que obtenha êxito em suas atividades;
- Combater a formação de monopólios, oligopólios e cartéis;
- Regulamentar o processo de integração da produção agropecuária, a fim de reduzir a exploração econômica e a dominação política dos produtores rurais pelas grandes empresas agro-industriais;
- Estímulo à verticalização da produção agrícola em toda cadeia produtiva por meio de incentivos à formação de agroindústrias e formas associativas de organização;
- Estímulo ao associativismo nos assentamentos de reforma agrária e entre pescadores e produtores agro-extrativistas;
- Desapropriações das áreas necessárias à reforma agrária mediante pagamento em TDAs. Só serão passíveis de desapropriação propriedades com mais de 500 hectares, na região Sul, Sudeste e Nordeste; com mais de 1000 hectares, no Centro-Oeste e 1500 hectares, na região Norte;
- Elevação dos limites de crédito de custeio e de investimento do PROCERA, permitindo a eficiente inserção produtiva do assentado;
- Implantação de um programa de assistência integral ao assentado (crédito de custeio e investimento, habitação, alimentação, educação e saúde);
- Propor mudanças da legislação agrária, visando definir um rito sumário para os procedimentos administrativos da reforma agrária, estabelecendo prazos efetivos para a tramitação judicial; coibir a expedição de mandatos de despejo, eliminar os dispositivos que permitem a multiplicação do custo da desapropriação e regulamentar o artigo 185, II, parágrafo único, que dispõe sobre o cumprimento da função social pela propriedade rural;
- A implantação do Programa de Reforma Agrária deverá contar com a participação dos governos federal, estaduais e municipais, entidades representativas dos trabalhadores e organizações não governamentais (ONGs);

- Participação plena das entidades populares de luta pela reforma agrária na definição das áreas e na organização dos assentados;
- Regularização das posses e demarcação das terras indígenas.

2. Defesa e dinamização da agricultura nacional

A agricultura será definida de formas desleais e predatórias da concorrência internacional. A privatização progressiva dos instrumentos de política agrícola pelo governo FHC, em especial dos vinculados à comercialização, supostamente como requisito para a inclusão competitiva do setor no comércio internacional, tem prejudicado drasticamente segmentos importantes da economia agrícola nacional.

A auto-suficiência alimentar em várias áreas foi seriamente afetada. Somente com as compras externas de trigo, o país gastará este ano 1,1 bilhão de dólares. De grandes produtores de fibras de algodão, passamos a ser grandes importadores.

Com a política neoliberal, os agricultores que produzem para o mercado interno, especialmente os de base familiar, ficaram mais pobres.

Medidas de governo:

- A agricultura será protegida da concorrência internacional desleal e predatória. Para tanto, produtos importados com suspeita de práticas de dumping, na origem, serão sobretaxados;
- Será estimulado o aumento da produção e da produtividade da agricultura brasileira, com ênfase no apoio à agricultura familiar e à média produção rural;
- Será efetivada a tributação compensatória. Todo produto agrícola importado que goze de vantagem ou estímulo no país de origem será sobretaxado em seu preço CIF até a equalização aos preços domésticos;
- Adoção da salvaguarda especial, prevista no artigo 5 do acordo da OCM, sobretaxando as importações em caso de incremento excessivo ou queda acentuada dos preços domésticos, que acarretem problemas sociais, como, por exemplo, desemprego;
- Se impedirá a triangulação de exportações. Não permitir que os países reexportem ao Brasil produtos agrícolas importados de outros países;
- Execução de um programa de reconversão e/ou desenvolvimento produtivo com crédito subsidiado para produtores familiares de modo a promover a recuperação das áreas rurais mais impactadas pelo Mercosul;
- Investimento em infra-estrutura produtiva (transportes, armazenagem, distribuição, eletrificação rural, irrigação etc);
- Revisão dos tributos pagos pela produção agropecuária, sobretudo os da cesta básica, por meio de uma ampla reforma tributária que penalize efetivamente a especulação e as propriedades improdutivas.

- Garantir crédito rural em volume, condições e época de liberação adequados às necessidades do setor. A Coligação União do Povo - Muda Brasil entende que a agropecuária nacional deve ser um segmento que precisa receber tratamento diferenciado em função tanto dos riscos que enfrenta como da sua importância estratégica para o abastecimento e a geração de emprego no país. Para isso deverá contar com juros pré-fixados anualmente, a taxas mínimas que se situem próxima aos níveis inflacionários previstos para os pequenos e médios produtores; e máximas, próximas aos valores reais vigentes no mercado internacional;
- a caráter extremamente oligopolizado do setor agrícola será combatido. A agricultura nacional encontra-se pressionada por oligopólios tanto na indústria de insumos quanto na indústria beneficiadora. A indústria de insumos, particularmente a indústria de sementes, condiciona o processo produtivo. Serão revistas as legislações patentes e cultivares de forma a garantir o livre acesso, troca, compra e venda de sementes;
- Criar um Seguro Agrícola que efetivamente proteja o agricultor e não os bancos. Isto significa garantir não apenas o montante emprestado, mas também os recursos próprios do produtor. Será criado um fundo para cobertura dos riscos que permita a redução dos valores pagos pelos produtores mediante aporte das seguradas privadas beneficiadas com os prêmios de resseguro do patrimônio público nacional;
- Formulação de uma política ativa de comércio exterior, envolvendo todos os ministérios setoriais e o Itamarati, para combater a discriminação e a taxa abusiva das nossas exportações, bem como coordenar as ações para promover a abertura de novos mercados. Será necessária uma ação diplomática intensiva, a atuação firme junto à OMC e nas relações bilaterais contra as práticas protecionistas;
- Estimular as exportações agropecuárias com maior valor agregado. Contrariamente ao que ocorre atualmente, serão ressaltados os propósitos superiores da segurança alimentar e revisados os atuais instrumentos;
- Renegociação das dívidas passadas. O governo da Coligação União do Povo - Muda Brasil promoverá, caso a caso das dívidas passadas pendentes dos produtores rurais e das suas cooperativas, de modo a corrigir lançamentos indevidos e outras irregularidades porventura existentes. Os casos comprovados de desvios de recursos das finalidades do crédito rural serão cobrados judicialmente. As parcelas das dívidas resultantes dos atos ilícitos dos bancos serão assumidas pelas respectivas instituições. As parcelas ilegítimas das dívidas dos grandes produtores serão refinanciadas após a dedução dos débitos com o ITR e outros impostos. Para mini, pequenos e médios produtores, os valores exorbitantes serão deduzidos das parcelas de reembolso dos contratos futuros de crédito rural.

3. Fortalecimento e Incentivo à Agricultura Familiar

A política agrícola do governo da Coligação União do Povo será pautada por pressupostos políticos, econômicos e sociais absolutamente distintos dos atualmente

em vigor. A democratização do espaço agrário nacional requer que os segmentos de base familiar da agricultura sejam alvos prioritários das novas linhas de ação que pautarão os instrumentos de política agrícola. O volume atual do crédito para agricultura familiar está muito aquém das suas necessidades, com níveis de juros bem acima da sua capacidade de pagamento. O governo da Coligação União do Povo Muda Brasil assegurará linhas de crédito diferenciadas, com taxas de juros que se situem próximas dos níveis de inflação, e facilitará as condições de acesso ao crédito sem comprometimento do seu patrimônio, garantindo níveis adequados de rentabilidade ao produtor familiar.

Medidas de Governo:

- O governo da Coligação União do Povo - Muda Brasil assegurará linhas de crédito diferenciadas para a agricultura familiar, com taxas de juros que se situem próximas dos níveis de inflação;
- O crédito de custeio continuará a ser operado pelo sistema financeiro e se buscará prioridade de acesso à agricultura familiar aos recursos dos bancos oficiais;
- Serão criadas linhas de crédito especiais de investimento com taxas de juros subsidiadas para agricultura familiar fora do sistema financeiro por meio da dotação de recursos públicos orçamentários e não orçamentários (BNDES, FAT) operados pelos Bancos do Povo e Cooperativas de Crédito, cuja criação será estimulada:
- Os produtores familiares que cultivem produtos da cesta básica e forem amparados pela PGPM terão um desconto de até 50% no valor do seguro agrícola, de acordo com o zoneamento agro-ecológico estabelecido;
- Revisão do atual PRONAF, transformando-o numa Política Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar de caráter permanente, com utilização dos recursos disponíveis unicamente para as atividades de produção, comercialização e transformação industrial dos pequenos e médios produtores. Será promovida a participação direta das organizações dos agricultores familiares, na definição dos procedimentos bancários, desburocratização do crédito à criação de cooperativas de crédito de mini, pequenos e médios produtores, que sejam instituições financeiras operadoras do crédito com o fim do atrelamento do acesso ao crédito e uso de pacotes tecnológicos; com a criação de um Fundo de Aval e com a adoção de linhas especiais, diferenciadas, para o financiamento de segmentos com inserções culturais e/ou sócio-econômicas particulares como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas florestais, agricultores tradicionais conservadores da biodiversidade agrícola.
- A dependência dos fornecedores do complexo agro-industrial será evitada através da regulamentação da relação integrado-empresa, assegurando plenamente os direitos do integrado. Serão criadas linhas de crédito e revisadas as normas técnicas para propiciar a entrada massiva de

organizações associativas no beneficiamento e industrialização do produto agrícola.

4 - Geração de Emprego e Renda No Campo

Somente 29% dos 4,5 milhões de trabalhadores assalariados na agricultura têm carteira de trabalho assinada. Estes dados estudo do Ministério do Trabalho mostram a gravidade das condições de trabalho no campo, onde a maioria das propriedades não cumpre a legislação trabalhista. Apesar de poder dar respostas baratas à questão do desemprego o setor agrícola não tem merecido a atenção devida por parte do atual governo. Dados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios do IBGE indicam uma redução da PEA agrícola de 8,3% somente entre 1995 e 1996.

Medidas de Governo:

- Elevação do nível de emprego no meio rural, não apenas em atividades agrícolas, mas também em atividades não-agrícolas. Para aumentar as oportunidades de emprego, o governo da Coligação estimulará atividades não-agrícolas na própria propriedade familiar: nas comunidades, distritos rurais e pequenas cidades vizinhas;
- Para garantir os direitos sociais dos milhões de assalariados rurais, o governo da Coligação União do Povo fará cumprir rigorosamente a legislação trabalhista. Não permitirá a prática do trabalho escravo, infantil e de todas as formas ilegais de intermediação na contratação de trabalho, como as falsas cooperativas de trabalhadores volantes;
- Promoção do emprego no campo através da proteção à agricultura nacional, e investimento mediante linhas de crédito para atividades geradoras de empregos (agrícolas ou não) no meio rural;
- Garantir ao trabalhador rural todos os benefícios a que tem acesso o trabalhador;
- Expansão de 1,5 milhão de hectares irrigados no Semi-Árido nordestino na forma de perímetros públicos e privados, bem como da irrigação pontual e outras formas de acesso à água, com a geração de até 6 milhões de empregos diretos e indiretos;
- Criação de 100 mil pequenas e médias agroindústrias nos moldes do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola (PROVE), com a geração de um milhão de empregos não qualificados e 4 mil empregos qualificados para técnicos agropecuários.

5. Combate À Fome

As propostas aqui apresentadas para as questões agrária e agrícola, e para a configuração de um novo modelo de desenvolvimento, têm a segurança e a soberania alimentar e nutricional como uma das suas principais referências. O consumo e a produção de alimentos são componentes centrais de toda estratégia de desenvolvimento que busque associar dinamismo econômico com crescente equidade social.

Esta orientação de programa de governo implica, em primeiro lugar, estabelecer um elo com a política macroeconômica, tendo por meta à geração de maiores oportunidades de trabalho e de renda para que toda a população excluída possa adquirir alimentos de qualidade, na quantidade necessária e de forma não custosa. Em segundo lugar, requer a definição de uma política de produção agroalimentar voltada à soberania alimentar, buscando associar eficiência produtiva com formas equitativas de produção em toda a cadeia produtiva de alimentos. Em terceiro lugar, há que se enfrentar as questões ligadas ao padrão de alimentação da população, em que a adequação nutricional dos hábitos esteja associada à preservação e estímulo à diversidade. O objetivo da segurança alimentar e nutricional deve estar presente nas políticas em todos os níveis da administração pública, e ter na mobilização social um componente central das ações públicas nesse campo.

Medidas de Governo:

- Criação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, com a formação de estoques públicos de segurança que permitam, simultaneamente, estabelecer a regulação do mercado e assegurar que a população tenha, em todo o momento, acesso aos alimentos necessários para manter-se saudável;
- Reestruturar o Programa Nacional de Controle dos Alimentos, implantando ações fiscalizatórias de caráter preventivo; criar um sistema de informação sobre as doenças de origem alimentar; fomentar a adoção de métodos eficazes de controle da qualidade ao longo da cadeia alimentar; incentivar e apoiar as organizações de proteção e defesa de consumidores e outras associações civis que atuam na área de promoção do alimento saudável;
- Revisão da política de garantia de preços mínimos (PGPM) impedindo a deterioração das relações de troca dos produtos da cesta básica e garantindo a prioridade na aquisição para as cooperativas de pequenos e médios produtores familiares;
- Estabelecimento de uma política de armazenagem descentralizada, financiamento visando a construção de armazéns nas propriedades ou comunidades, organizações associativas e cooperativas de pequenos e médios agricultores;
- Será recriado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que formulará uma política que garanta acesso à uma cesta básica para os setores carentes, assegurando o direito à uma alimentação adequada;

- Implantar um Programa Emergencial de Combate à Fome para as Famílias carentes, que vivem abaixo da linha da pobreza, segundo a definição do IPEA;
- Criação do Vale Alimentação associado aos programas de bolsa escola e de renda mínima que vierem a ser implantados no país para combater os desequilíbrios nutricionais das populações mais carentes.

6. Pesquisa Agrícola Voltada Para os Interesses do País e Para a Democratização do Acesso às Tecnologias

A pesquisa agrícola deixará de estar subordinada aos interesses de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais e estará voltada ao o desenvolvimento do país, à democratização do acesso às tecnologias, à preservação ambiental e ao controle nacional da base técnica da produção agropecuária.

Medidas de Governo:

- Investimento em Ciência e Tecnologia visando a geração e adaptação de tecnologias para as especificidades da agricultura familiar e redução dos impactos ambientais da atividade agrícola. Será privilegiada a pesquisa agrônômica voltada para o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis;
- Desenvolvimento de um modelo tecnológico adequado à agricultura familiar. O governo da Coligação União do Povo - Muda Brasil apoiará uma estratégia de transição tecnológica da agricultura familiar, com a redução gradativa da utilização de insumos químicos derivados de recursos não renováveis e apoiando a otimização do manejo dos recursos renováveis;
- Haverá a reestruturação completa do setor público agrícola, a fim de converter seus órgãos em instrumentos eficazes de promoção do desenvolvimento rural;
- Será promovida a reciclagem e capacitação dos técnicos de extensão rural para que dominem este novo conhecimento, bem como metodologias que permitam a participação dos próprios agricultores na geração e difusão de tecnologias.

7. O Desenvolvimento da Área Rural e o Incentivo à Permanência do Homem no Campo

As condições de vida nas grandes metrópoles deterioram-se a cada dia. Desemprego, violência, falência dos serviços públicos são alguns dos fatores que estão demandando uma política eficiente de valorização do espaço rural. Estancar o fluxo migratório do campo para a cidade torna-se fundamental, tanto para a melhoria das condições de vida nas metrópoles como para a otimização dos recursos escassos da economia. O custo de geração de empregos na área rural é, sem nenhuma dúvida, muito mais reduzido do que a geração de postos de trabalho tanto nas áreas de serviços como na indústria. Há uma grande carência de equipamentos

e serviços públicos às famílias que hoje vivem no campo. Mais de um terço das propriedades agrícolas do país não contam com eletrificação rural. No nordeste este índice ultrapassa a 50%. É indispensável levar às famílias que vivem no campo infraestrutura básica, notadamente a eletrificação. Para o desenvolvimento da área rural e o incentivo à permanência do homem no campo, a Coligação União do Povo propõe:

Medidas de Governo:

- Revitalizar os sistemas de proteção social, de previdência e de saúde pública no meio rural, garantindo o princípio constitucional da universalização da seguridade social. Esses programas se orientarão pelos princípios de garantia da igualdade entre homem e mulher na família, na sociedade e de dignificação das pessoas idosas e dos inválidos. Para efetivar estes objetivos, o governo da Coligação estabelecerá formas rápidas e desburocratizadas de comprovação da atividade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais;
- Garantir o ensino básico a todas as crianças e ensino técnico-profissionalizante para os jovens agricultores. O governo da Coligação União do Povo - Muda Brasil implantará um sistema de bolsas que permita o prosseguimento dos estudos. As escolas rurais serão estimuladas a adequarem seu currículo, metodologia e calendários às condições do mundo rural. O governo cuidará para que elas tenham instalações e equipamentos adequados, da mesma qualidade dos que são proporcionados às escolas urbanas;
- A eletrificação rural será ampliada e levada às famílias que vivem *rio* campo por meio de programas que contarão com a participação dos governos estaduais e municipais;
- Será criado um programa emergencial de alfabetização e capacitação profissional para os trabalhadores rurais;
- Valorizar o mundo rural, suas formas de vida, suas tradições, sua cultura, garantindo a todos os homens e mulheres do campo a plena cidadania. Será promovida a construção de casas adequadas, saneamento básico, acesso à água de boa qualidade, acesso à energia e aos meios de comunicação, escolas, atendimento médico, e infra-estruturas de lazer. O investimento em infra-estrutura social e produtiva no campo é essencial para valorização da vida no meio rural e ocorrerá respeitando-se as necessidades dos trabalhadores rurais. Existem tecnologias baratas com eficácia comprovada e que envolvem o uso da mão-de-obra local, podendo ser uma eficiente fonte de emprego imediata.
- Para assegurar o seu programa de paz social no campo, o Governo da Coligação União do Povo - Muda Brasil desencadeará, assim que for empossado, uma ação decidida contra a violência dos latifundiários e a impunidade dos crimes cometidos contra trabalhadores e lideranças do campo.

8. O Respeito ao Meio Ambiente e aos Direitos de Indígenas e de Remanescentes de Quilombos

Experiências em todo o mundo e no Brasil demonstram que é possível alcançar elevada produtividade na agricultura, com menores custos e riscos, utilizando um padrão tecnológico que privilegie a utilização sustentável dos recursos naturais renováveis e reduza a dependência dos recursos não renováveis. Estes sistemas, que operam em harmonia com o meio ambiente, além de rentáveis, são eficientes em termos de impactos ambientais, garantindo a sustentabilidade da produção a longo prazo. O governo da Coligação apoiará uma estratégia de transição tecnológica da agricultura familiar com a redução gradativa da utilização de insumos químicos derivados de recursos não renováveis. Por outro lado, também será objeto prioritário de governo a adoção de medidas que visem a demarcar as reservas indígenas e a respeitar e valorizar a cultura e os direitos ancestrais de todas as etnias e dos remanescentes de quilombos, que tanto contribuíram e contribuem, ainda, na formação do povo brasileiro.

Medidas de Governo:

- Assegurar o equilíbrio entre a produção agropecuária e o meio ambiente, estabelecendo zoneamento, normas de uso racional dos solos e águas, fiscalização rigorosa das normas de preservação da natureza. As políticas agrícola e agrária serão ajustadas às realidades sócio-ambientais dos grandes sistemas agro-ecológicos, nomeadamente a floresta equatorial amazônica, os cerrados, o Pantanal, a Mata Atlântica, e o Semi-Árido. O governo executará planos específicos de desenvolvimento rural para essas regiões;
- Respeitar o princípio da diversidade étnica, promovendo a demarcação imediata das terras indígenas e resolvendo, com critérios de justiça e equidade, as disputas entre fazendeiros, garimpeiros, posseiros e comunidades indígenas. Garantir a identificação e a demarcação das áreas de remanescentes de quilombos em todo o país, segundo o preceito constitucional vigente.

9. Programa Nacional do Álcool

É inegável a importância energética e estratégica do Programa Nacional do Álcool. Mas a forma como ele foi concebido acabou privilegiando grupos minoritários da economia, promovendo mais uma vez a concentração de renda e da riqueza nas mãos de poucos beneficiários. O governo da Coligação propõe:

Medidas de governo:

- Manutenção do Programa Nacional do Álcool em dimensão coerente com o seu papel estratégico e ambiental;

- Apoio ao cumprimento de metas necessárias para o atendimento do volume de álcool combustível e o que deve ser adicionado à gasolina. Aprovação de instrumentos de política para atingi-las e para garantir a segurança de abastecimento;

Fiscalizar as destilarias e usinas de álcool para verificação do cumprimento da legislação trabalhista e de proteção ao meio ambiente. Buscar a produção integrada de alimentos e álcool com o emprego de instrumentos fiscais, de controle de compras e apoio ao desenvolvimento e difusão tecnológicos.